

Os Limites do ‘Desenvolvimento Local’ e as Possibilidades Abertas pela Abordagem Proposta por David Harvey para Compreender uma Região

Autoria: Rafael Kruter Flores, Rogério Faé

Resumo

Este artigo fundamenta a escolha pela perspectiva de Harvey para desenvolver o referencial de uma pesquisa. Em contraponto às teorias predominantes ligadas ao desenvolvimento regional focadas no crescimento econômico, a abordagem adotada interpreta as dinâmicas regionais considerando suas contradições. Nosso argumento é de que esta abordagem explica de forma mais fiel os processos que ocorrem em uma determinada região. Tais processos não se restringem à atividade da produção material. Os diferentes aspectos da vida social compõem um mosaico da realidade do lugar e são valorizados enquanto fatos daquela realidade. Nesta perspectiva, a riqueza da vida social encontra espaço de interpretação.

Introdução

O objetivo deste artigo é fundamentar a escolha por uma perspectiva teórica para compreender uma região específica. Esta perspectiva é desenvolvida pelo geógrafo David Harvey, em uma abordagem que qualifica como materialismo histórico-geográfico. Para tanto, apresentaremos e discutiremos também os referenciais predominantes nas análises sobre regiões específicas. Nosso intuito é demonstrar os limites dos referenciais predominantes e as possibilidades abertas pela perspectiva de Harvey (2004a; 2004b; 2005; 2006; 2011).

Antes de entrarmos no tema, no entanto, é necessário apresentar e discutir os motivos que nos levam a tal. O texto que segue desenvolve o referencial analítico de uma pesquisa que tem como objeto de estudo a região da fronteira entre Brasil e Uruguai, mais especificamente das cidades fronteiriças de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai). Esta região, assim como toda a parte sul do estado do Rio Grande do Sul, tem sido classificada nos meios de comunicação e nas falas de governantes e empresários como uma região deprimida, em que nada acontece e que, portanto, necessita de impulsos e investimentos para se desenvolver. Esta premissa sempre nos despertou uma desconfiança iluminada pelas teorias que apresentaremos na segunda parte¹ e que foi enriquecida e aprofundada com observações e vivências de campo na execução da pesquisa. Por um lado, existe o fato de que a região da fronteira do Rio Grande do Sul apresenta problemas econômicos e sociais, assim como outras regiões do estado e do País; por outro lado, no entanto, os discursos oficiais e midiáticos sobre estes problemas apresentam uma perspectiva que distorce a realidade ao apontar como causa para estes problemas a falta de investimentos externos e tomar como parâmetro para o desenvolvimento da região o crescimento econômico. Como consequência, as reais dinâmicas socioeconômicas da região não aparecem, ou aparecem de forma distorcida. Esta realidade impôs a necessidade de se analisar as ideias e perspectivas predominantes naquele local – que de resto são globalmente predominantes – e, em contraponto, um referencial teórico que permitisse uma análise dinâmica das contradições ali encontradas. Por estes motivos, o texto apresenta duas perspectivas teóricas contrastantes, a do ‘desenvolvimento local’ e a da ‘análise das dinâmicas sociais e econômicas’ proposta por Harvey (2005).

A abordagem dialética deste autor, aqui caracterizada por embasar um estudo das estratégias e contradições presentes em uma determinada região, permite compreender que as dinâmicas sociais e econômicas de uma região são resultado de processos conflituosos e contraditórios. Estes processos incluem aspectos como a acumulação capitalista, as especificidades culturais e sociais, as regras de Estado e o ambiente natural da região. Mostra, portanto, que a produção material e a produção da vida em comunidade acontecem de forma conflituosa, resultando em uma configuração regional específica. Assim, esta abordagem permite compreender de forma mais fiel a realidade do lugar, mostrando e valorizando suas diversas faces.

Outro motivo pelo qual apresentamos o referencial de David Harvey em contraste com as teorias predominantes do ‘desenvolvimento local’ é a busca por uma clarificação didática acerca destes temas. Uma vez que ao problematizar as teorias do desenvolvimento que predominam em escala global, torna-se necessário fundamentar a escolha por uma abordagem que dê visibilidade aos limites e as consequências destas teorias.

Apresentaremos, nos próximos itens, as formulações teóricas que fundamentam o ‘desenvolvimento local’, um conceito amplamente difundido e que tem orientado as ações de governos dos mais diversos matizes; a abordagem de David Harvey bem como seus pressupostos teóricos e históricos; finalmente, concluiremos com uma análise comparativa em que demonstraremos as limitações dos referenciais predominantes e as possibilidades da perspectiva do último autor.

A formação do conceito de ‘desenvolvimento local’ⁱⁱ

Ao pensar a origem de conceitos tais como desenvolvimento regional, desenvolvimento endógeno e desenvolvimento local, é necessário entender o contexto no qual eles emergiram e as razões que fizeram com que tais termos ganhassem importância ao longo do tempo. Cabe salientar que as propostas sempre tiveram por pressuposto básico o fortalecimento do sistema capitalista de produção.

É com base nesta lógica que Rosenstein-Rodan (1943, p. 252) iniciou seu artigo pioneiro em defesa do desenvolvimento da Europa Oriental e Sul-Oriental argumentando que o processo de industrialização de áreas deprimidas interessava ao mundo como um todo. Naquele artigo, o autor introduziu a relação entre baixa industrialização/subdesenvolvimento/região deprimida.

O autor defendeu a estabilização e o aperfeiçoamento dos “sadios princípios da divisão internacional do trabalho”, que trariam como vantagens às nações atrasadas: a) progresso mais rápido e ampliação do poder de consumo; b) implementação de indústrias leves e intensivas em mão de obra (aproveitando o desemprego disfarçado), complementares às indústrias pesadas dos centros industriais; c) importação de produtos intensivos em capital e tecnologia (ROSENSTEIN-RODAN, 1943, p. 253).

Considerando os custos necessários para a criação da infraestrutura necessária ao funcionamento de uma empresa e a defesa de que tais custos fossem custeados pelo Estado de forma planejada, o autor sugeriu a criação de redes de empresas com base em economias externas, nas quais a complementação proporcionada pelas diferentes indústrias constituiria um argumento fundamental a favor de um plano de industrialização em larga escala. Nesse sentido, Rosenstein-Rodan (1943, p. 255-256) destacou que o próprio aumento dos custos de mão de obra requisitados pelo processo de industrialização seria um dos principais fatores de fomento dessa rede de indústrias, pois, se

[...] um milhão de trabalhadores desempregados fossem retirados do campo e colocados, não em uma indústria, mas em toda uma série de indústrias que produziram o grosso dos produtos em cuja compra os trabalhadores gastariam seus salários [...] seria criado o seu próprio mercado adicional, realizando-se assim uma expansão da produção mundial com um mínimo de perturbação do mercado mundial. As indústrias que produziram o grosso dos bens a serem adquiridos com salários poderiam ser chamadas, portanto, de complementares. A criação planejada de um sistema de indústrias complementares desse tipo reduziria o risco de insuficiência da procura e, visto que o risco pode ser considerado um custo, reduziria os custos. É, nesse sentido, um caso especial de “economias externas”.

Outros dois tipos de economias externas poderiam ser criados: inter-empresas, naqueles casos em que havia complementaridade produtiva; e aquelas que surgem em função da criação de novas empresas a partir do núcleo inicial.

Em 1961, ao revisar sua posição anterior, Rosenstein-Rodan, por um lado, ratificou a importância de investimentos maciços como forma de dar suporte ao crescimento modelado pelos núcleos desenvolvidos; por outro, a ênfase na atratividade via lucros em prazos mais curtos ganhou vigor, principalmente, ao comparar as perspectivas de retorno dos investimentos nos países então considerados subdesenvolvidos com os ditos desenvolvidos, sendo que esses últimos, ao longo das décadas anteriores, haviam recuperado seu potencial econômico.

Rosenstein-Rodan (1961) ao defender um investimento de grande porte capaz de fazer um determinado país saltar algumas etapas no processo de crescimento atribuiu ao Estado, nos países ditos subdesenvolvidos, um papel vital como planejador e investidor, ou seja, que reduzisse os riscos experimentados pelos investidores capitalistas ao arcar com parte dos

custos de preparo do espaço interno com vista à redução do volume de investimentos necessários às empresas privadas entrantes, aumentando a atratividade dos seus países.

Cabe salientar que, sob tais premissas, a responsabilidade em relação ao desenvolvimento passou a ser delegada aos países classificados como subdesenvolvidos, que deveriam buscar aproximação com os países modeladores do desenvolvimento sob risco de estagnação, que levaria à deterioração das condições de vida de sua população. A redução das diferenças em termos de qualidade de vida e renda das suas populações foi considerada uma conseqüência do sucesso dos esforços de cada país para tornar-se atrativo e, por conseqüência, capaz de se inserir na lógica econômica em escala mundial.

Se Rosenstein-Rodan (1943; 1961), assim como Rostow (1961)ⁱⁱⁱ, identificaram desenvolvimento com crescimento econômico e o entenderam como um processo que deveria ocorrer de forma homogênea no interior de determinada nação; em contraponto, Perroux (1977) concluiu que a concentração industrial ocorria em pontos geográficos específicos, caracterizados pela pré-existência de aglomeração urbana e de fontes de matéria prima, e/ou em locais que se caracterizavam por um fluxo comercial significativo e, principalmente, sob a influência de empresas motrizes que serviam de base aos complexos industriais^{iv}.

Para Perroux (1977), o crescimento não era homogêneo no território das nações que recebiam os investimentos financeiros com fins de industrialização, pois tal destinação de capital promovia a emergência de pontos geográficos específicos de crescimento. Esta polarização provocava o aumento das desigualdades regionais de forma proporcional ao avanço técnico e econômico.

Duarte, Moretti e Almeida (2005, s/p) atribuíram a Perroux a definição de

[...] três tipos de espaços econômicos: espaço como conteúdo de um plano (relações entre fornecedores e clientes), espaço como conjunto homogêneo (homogeneidade topográfica ou econômica entre empresas) e o espaço como campo de forças, de onde vem a noção de pólo de crescimento. Isto demonstrava que a expansão econômica não ocorria de forma equilibrada [...].

No espaço como campo de forças as empresas motrizes ocupariam posição de destaque, capazes de induzir a expansão ou retração do conjunto de atividades de um complexo industrial. Entretanto, Breitbach (1988) afirmou que Perroux, apesar de contribuir para que outros autores avançassem na discussão sobre desenvolvimento regional, não aprimorou sua teoria dos pólos.

Assim, partindo da tese de Perroux, Boudeville (1973) propôs uma tipificação do espaço em três categorias: homogênea, polarizada e região-piloto. Na região homogênea cada uma de suas partes apresentaria semelhanças em relação às outras, o que significa dizer que os atores ali imersos dividiam vantagens e problemas que o espaço oferece, mas também supunha certa imutabilidade. A região polarizada pressupunha a noção de interdependência em função da difusão comercial com base em aglomerações urbanas e, era definida como “um espaço heterogêneo cujas diversas partes são complementares e mantêm entre si, e particularmente com o pólo dominante, um intercâmbio maior do que o estabelecido com a região vizinha” (BOUDEVILLE, 1973, p. 14). Por último, a região-piloto ou região-programa caracterizava-se pela dependência das partes em relação às decisões tomadas de forma centralizada, através de um ator dotado de certa autoridade, estivesse ele sediado ou não na região.

A ênfase, para Breitbach (1988, p. 39), recaía sobre o conceito de região polarizada, que “expressa-se num meio urbano em que as atividades industriais e comerciais preponderam e irradiam fluxos de troca de bens e serviços com o campo e cidades satélites que se encontram sob a influência do pólo”.

Já, Hirschman (1961), com base nas construções de Perroux (1977) e Boudeville (1973), fez uma crítica direta ao discurso do desenvolvimento equilibrado. Segundo o autor, nesse discurso o desenvolvimento só seria possível a partir da criação conjunta de grande quantidade de indústrias interligadas por relações comerciais entre elas, em decorrência da incorporação das idéias dos discursos do grande impulso (ROSENSTEIN-RODAN, 1961) e da decolagem para o crescimento (ROSTOW, 1961).

Neste ponto, Hirschman (1961, p. 86), ao apresentar sua tese sobre o que é desenvolvimento, examinou as limitações do projeto ligado ao desenvolvimento equilibrado:

O ponto principal, a meu ver, é que essa teoria [desenvolvimento equilibrado] falha como teoria desenvolvimentista. Desenvolvimento presumivelmente significa o processo de transformação de um tipo de economia em algum outro tipo mais evoluído. Entretanto, desiste-se de tal processo, porque se acha difícil visualizar como o equilíbrio do subdesenvolvimento pode ser desfeito em algum ponto.

Para o autor, o discurso do desenvolvimento equilibrado, ao pressupor uma evolução linear que sobreponha à economia tradicional outra inteiramente nova e moderna, daria vida a um conceito de desenvolvimento dualista, no qual as nações atrasadas não teriam outra opção senão direcionarem seus esforços para a superação da situação de subdesenvolvimento via industrialização e, principalmente, para um processo que possibilitasse a transformação da sociedade como um todo.

Hirschman (1961), em contraposição, entendeu que o desenvolvimento não dependia apenas da eficácia do encontro entre as várias formas de recursos necessários ao crescimento econômico e à industrialização, mas, principalmente, do aproveitamento dos potenciais (recursos e aptidões) pré-existentes nas nações consideradas subdesenvolvidas, em estado latente.

Assim, a tarefa principal a ser focada no desenvolvimento das nações consideradas subdesenvolvidas passaria a ser de facilitação em relação à união dos potenciais e recursos disponíveis, seja em estado latente ou, mesmo, daqueles supérfluos num primeiro momento. Para Hirschman (1961), era exatamente a identificação desses potenciais inexplorados que se traduziria em ponto inicial do processo de desenvolvimento, pois seu aproveitamento iria propiciar a construção de um novo contexto direcionado ao desenvolvimento, passível de expansão até um determinado ponto máximo, que seria limitado pela real falta de insumos.

Nesse aspecto, o autor se colocou em uma posição diferente daquela defendida pelos autores que embasavam o desenvolvimento equilibrado, pois os recursos que estariam ausentes nos países considerados subdesenvolvidos não eram colocados em primeiro plano, de forma a ajustarem o desenvolvimento a partir dos recursos excedentes nos países ditos desenvolvidos. Sob a lógica de Hirschman (1961) o capital financeiro e o maquinário – que pressupõe o processo de industrialização – ocupariam um papel não de impulsionador do desenvolvimento, mas de fator complementar ao processo desenvolvimentista, que teria em primeiro plano o aproveitamento dos recursos e condições pré-existentes.

O capital proveniente do exterior teria, para Hirschman (1961), dois papéis possíveis e diferenciados conforme o curso do processo de desenvolvimento. Enquanto as economias internas não se constituíssem em fator impeditivo do desenvolvimento, o capital estrangeiro poderia aportar habilidades e aptidões necessárias. Já na fase em que o desenvolvimento atingisse o ponto máximo com base na poupança interna, o capital estrangeiro na sua forma monetária poderia favorecer a continuidade do processo. O autor salientava, ainda, a importância de um agente coordenador que direcionasse os esforços para a localização e aproveitamento dos vários elementos ocultos ou dispersos, assim como sua utilização de forma consciente e de maneira integrada e articulada. Esses fatores tornariam o desenvolvimento um processo menos espontâneo e mais refletido.

A espécie do *agente coordenador* – que, um tanto misteriosamente, se supõe dever organizar e efetivar a cooperação entre os muitos fatores, recursos e aptidões indispensáveis ao pleno êxito do desenvolvimento – torna-se agora mais clara. Parece consistir numa *perspectiva de crescimento*, que abrange não só o desejo de expansão econômica, mas também a percepção da natureza essencial da estrada que para lá conduz. (HIRCHMAN, 1961, p. 27)

Era a visualização das potencialidades existentes internamente que definiria as alternativas de transformação para os países considerados subdesenvolvidos, com suas necessidades, oportunidades e limitações; de forma a que o engenho humano voltasse a ocupar uma posição de relevo.

Em relação à posição do Estado nos países ditos subdesenvolvidos, o autor, novamente em oposição aos construtores do modelo equilibrado de desenvolvimento, defendeu que os governos estariam localizados no mesmo espaço sócio-geográfico em que as empresas buscam se situar. Por consequência, se a iniciativa privada não tinha interesse ou condições de fazer os investimentos em infra-estrutura necessários à implantação de um parque fabril de grande porte, nada garantia que as autoridades públicas teriam condições de efetuar gastos nas proporções requeridas. Neste ponto, Hirschman (1961, p. 108) defendeu a tese de que o objetivo do processo de desenvolvimento deveria ser “antes conservar do que eliminar os desequilíbrios de que são sintomas os lucros e perdas na economia competitiva. Se a economia desejar manter-se ativa, o papel da política desenvolvimentista é conservar as tensões, as desproporções e os desequilíbrios”.

O desenvolvimento seria, assim, induzido pela tentativa de superação de um desequilíbrio prévio, que geraria novos desequilíbrios. Processo que, em movimento contínuo, produziria permanentemente a superação de desequilíbrios e, ao mesmo tempo, novos desequilíbrios, ganhando dinamicidade pela construção constante de soluções provisórias.

Alcança-se uma situação ideal quando [...] um desequilíbrio provoca um movimento desenvolvimentista que, por seu turno, cria um desequilíbrio similar, e assim por diante *ad infinitum*. Se tal cadeia de desenvolvimento não equilibrado puder se estabelecer, basta aos criadores da política econômica observar ao largo o processo. Pode-se notar que, em tal situação, a capacidade privada de lucro e a desejabilidade social provavelmente coincidirão, não pela ausência de economias externas e sim porque o input e a produção de economias externas são os mesmos para cada empreendimento sucessivo. (HIRSCHMAN, 1961, p. 115)

O autor referenciou, ainda, a distinção entre capital fixo social (CFS) e atividades diretamente produtivas (ADP). Para o autor, o principal objetivo dos investimentos em CFS era atrair para as nações subdesenvolvidas investidores ADP, de forma a criar as condições para que, em etapa posterior, os investimentos em ADP superassem os investimentos CFS.

Já, em relação às ADP, Hirschman (1961, p. 155-156) definiu dois processos:

- 1) O *input*-provisão procura derivada, ou efeito em cadeia retrospectiva, isto é, cada atividade econômica não primária induzirá tentativas para suprir, através da produção interna, os *inputs* indispensáveis àquela atividade.
- 2) A produção-utilizada, ou efeito em cadeia prospectiva, ou seja, toda atividade que, por sua natureza, não atenda exclusivamente às procuras finais, induzirá a tentativas de utilizar a produção como *inputs* em algumas atividades novas.

Com base nos processos acima, o autor definiu os conceitos de encadeamentos para trás e para frente, como fatores que possibilitariam a articulação das atividades que integravam a estrutura produtiva de determinada economia. Por consequência, o efeito em cadeia provocaria a conformação de uma capacidade econômica mínima, definida como “[...]”

capacidade que tem a firma do país, tanto para garantir lucros normais quanto para concorrer com fornecedores estrangeiros já existentes, levando-se em conta as vantagens e desvantagens locais, bem como, talvez, certa proteção à indústria incipiente [...]” (HIRSCHMAN, 1961, p.157).

Dessa cadeia prospectiva ou retrospectiva surgiu o conceito de indústria satélite, que apresenta as seguintes características: possui vantagem de localização pela proximidade da indústria principal; emprega como *input* fundamental um produto ou subproduto da indústria principal ou a sua produção básica é um *input* da indústria principal; e a sua capacidade econômica mínima é menor que a da indústria principal.

Já, ao analisar as formas como ocorria o desenvolvimento em termos geográficos, Hirschman (1961, p. 276) argumentou que havia concentração espacial do desenvolvimento em torno dos seus pontos iniciais. Com base em Boudeville, defendeu que a “[...] desigualdade internacional e inter-regional do crescimento é condição concomitante e inevitável do próprio desenvolvimento”.

Nesse sentido, para Hirschman (1961), a própria diferenciação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos seria a evidência mais tangível desse processo. Entretanto, tal diferenciação poderia ocorrer, também, entre regiões de um mesmo país ou, simplesmente, entre atividades econômicas ou entre grupos humanos que coexistissem em termos territoriais. Essas diferenciações eram, para o autor, facilitadoras de dinâmicas que poderiam levar ao afastamento dos elementos mais progressistas em relação aos demais. Esse afastamento, ao se concretizar e se institucionalizar, favoreceria a emergência de processos nos quais as regiões ou grupos considerados mais evoluídos obteriam privilégios, principalmente em termos governamentais, pelas possibilidades de pressão econômica e/ou política. Esse processo, por sua vez, poderia dificultar a aplicação de um planejamento macro do desenvolvimento por parte do agente governamental.

Assim, no que tange aos pressupostos teóricos do conceito de desenvolvimento regional, se Rosenstein-Rodan salientou que as economias externas se formam pela relação entre as empresas que se estabelecem na região e pela diminuição do risco proporcionado pela renda dos trabalhadores; Perroux (1977) chama a atenção para a importância da empresa motriz como impulsionadora do crescimento de uma região; e Hirschman (1961) indicou um caminho que valorizou a mobilização dos recursos disponíveis, mediante a utilização de processos como os encadeamentos para frente e para trás com vista à canalização dos recursos e potencialidades pré-existentes.

A teoria do desenvolvimento endógeno, por sua vez, compartilha a preocupação com a importância das economias externas; assim como valoriza a rede de empresas industriais que possibilita a criação de mercados internos, sendo em contrapartida geradora de economias externas. Considera o Estado fundamental com vista ao favorecimento da convergência entre desenvolvimento produtivo e desenvolvimento urbano. Sob tais premissas, Barquero (2001, p. 41) define desenvolvimento endógeno como “[...] um processo de crescimento e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento, que leva a melhoria do nível de vida da população”. O autor define, ainda, três dimensões aos processos de desenvolvimento endógeno: econômica, que possibilite o uso eficiente dos fatores de produção e à melhoria da produtividade; sociocultural, que valoriza a integração dos atores econômicos e sociais; e política, caracterizada por iniciativas locais com vista à melhoria da produção e o favorecimento da sustentabilidade.

Já, segundo Barquero (2001), o desenvolvimento local emerge como resposta das comunidades à precarização social produzida pela introdução de alterações tecnológica motivada pela necessidade de efficientização da produção dos anos 1980. Cabe destacar como fatores impulsionadores da situação vivida no início dos anos 80, a crise mundial da década de 70, a emergência dos movimentos ambientais que levou o Clube de Roma, em 1972, a

publicar a obra “Os limites do crescimento”, assim como os movimentos populares que colocaram em questão o industrialismo vigente na década de 1960.

Retomando, o desenvolvimento local alia à intenção de aumento da produtividade e da competitividade, ações que direcionem o movimento dos agentes econômicos envolvidos no local para tais objetivos, assim como busca melhoria da distribuição de renda e conservação dos recursos naturais e de aspectos históricos e culturais (BARQUERO, 2001).

A partir de tais premissas, o desenvolvimento econômico local

[...] pode ser definido como um processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre em razão da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como pelo aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da população de uma cidade ou região (BARQUERO, 2001, p. 57).

Importante salientar que o autor diferencia crescimento endógeno de desenvolvimento endógeno local, pela valorização no último conceito de variáveis ligadas às mudanças estruturais que acompanham o processo de crescimento.

Sintetizamos esta revisão no quadro abaixo.

Rosenstein-Rodan (1943; 1961)	Estabilização e aperfeiçoamento da divisão internacional do trabalho.
	Estado planejador e investidor; plano de industrialização em larga escala.
	Redes de empresas complementares.
	Regiões ‘deprimidas’ X Países ‘desenvolvidos’.
Perroux (1977) e Boudeville (1973)	A concentração industrial ocorre em pontos geográficos específicos.
	Região polarizada: meio urbano em que as atividades industriais e comerciais preponderam e irradiam fluxos de troca de bens e serviços com o campo e cidades satélites que se encontram sob a influência do pólo.
Hirschman (1961)	Aproveitamento dos potenciais (recursos e aptidões) pré-existent nas nações consideradas subdesenvolvidas.
	O capital financeiro e o maquinário são fatores complementares ao processo desenvolvimentista.
	Agente coordenador que direciona os esforços para a localização e aproveitamento dos vários elementos ocultos ou dispersos.
	O desenvolvimento é induzido pela tentativa de superação de um desequilíbrio prévio, que geraria novos desequilíbrios, ganhando dinamicidade pela construção constante de soluções provisórias.
Barquero (2001)	Desenvolvimento econômico local como processo de crescimento e mudança estrutural, através do aproveitamento das economias externas e da introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da população de uma cidade ou região.

Quadro 1: síntese das formulações sobre ‘desenvolvimento local’.

Fonte: elaborado pelos autores.

No próximo item, apresentaremos as formulações de David Harvey sobre as dinâmicas sociais e econômicas do capitalismo atual, e suas possibilidades para compreender regiões específicas.

Os processos contraditórios como definidores de uma região

Para Harvey (2005), os espaços são definidos por processos nos quais produção e consumo, oferta e procura (de mercadoria e força de trabalho), produção e realização, conflitos de classe e acumulação, cultura e estilos de vida, permanecem unidos por uma dinâmica que resulta do conjunto de relações de forças produtivas e sociais. É o resultado da atividade capitalista que está sempre enraizada em algum lugar, em suas inter-relações com as características diversas do lugar: cultura, história, ambiente etc.

Diversos processos materiais (físicos, ecológicos e sociais) precisam ser apropriados, usados e reformados aos propósitos e na direção da acumulação de capital. Para isto, os próprios processos de acumulação de capital precisam se adaptar e, de certa forma, serem transformados pelas condições materiais que encontra. (HARVEY, 2006. p. 78).

Desta dinâmica surge uma ‘coerência estruturada’, em relação à produção e consumo, que é composta, entre outros, pelos seguintes fatores:

1. as formas e as tecnologias de produção: padrões de utilização de recursos pelas conexões interindústrias, formas de organização, tamanho das empresas;
2. as tecnologias, as quantidades e qualidades de consumo: o padrão e estilo de vida tanto dos trabalhadores como dos capitalistas;
3. os padrões de demanda e oferta de mão-de-obra: hierarquias das habilidades de mão-de-obra e processos sociais de reprodução, para assegurar a oferta dos mesmos; e
4. as infraestruturas físicas e sociais (HARVEY, 2005).

É relevante destacar também os pressupostos teóricos e históricos da construção de David Harvey. Esta pressupõe as formulações sobre o imperialismo elaboradas no início do século XX; e a crítica à economia política elaborada por Karl Marx em ‘O Capital’, mais especificamente os argumentos da queda tendencial da taxa de lucros e as crises sistêmicas que dela resultam. Não sendo possível desenvolver todos estes temas aqui, faremos um breve comentário sobre o argumento de Marx, fundamental para compreender o conceito.

Marx percebeu que o aumento da produtividade do trabalho tende a fazer diminuir a taxa de lucros, lei que denominou ‘queda tendencial da taxa de lucros’. As soluções para esse problema do ponto de vista do capitalista foram encontradas, no século XIX, no comércio exterior. Tornando mais baratos alguns componentes do capital (matéria-prima, subsistência do trabalhador etc.), o comércio exterior permitiu aumentar a taxa de lucros ao aumentar a taxa de mais-valia – pelo barateamento dos níveis de salário – e diminuir o valor do capital constante – pelo barateamento da matéria-prima e também dos níveis de salário (MARX, 2006).

Este argumento fundamentou a formulação sobre o imperialismo que, no início do século XX, explicou pela linguagem econômica as conquistas territoriais das potências européias. O ponto levantado é que o excedente de capital produzido na Europa deveria encontrar aplicação em outros lugares, para evitar a queda tendencial da taxa de lucros e a crise. A crise acontece quando os excedentes tanto de capital como de trabalho não podem mais ser absorvidos, em consequência são desvalorizados e algumas vezes são até destruídos fisicamente, como foi o clássico e conhecido caso da queima do café no Brasil durante a crise de 1929.

No que tange às estratégias capitalistas com vista a redução da queda tendencial da taxa de lucro, foi Rosa Luxemburgo (1951, p. 363) – vivendo em um período no qual o capital buscava expansão territorial que incluiu guerras e partilhas de territórios em processos contraditórios, que permanece até o momento atual – que percebeu que o capital “deve ser capaz de mobilizar a força de trabalho mundial sem restrições para utilizar toda a força produtiva do globo”.

Com base em tais pressupostos e mediante a intermediação da ideia de ‘espaço social’ como ‘produção social’, conectando-o à reprodução das relações sociais de produção (LEFEBVRE, 2008, p. 48), Harvey (2004a, p. 113) atualizou o pensamento sobre o sistema capitalista para o momento atual em que utiliza como estratégia anticrise processos que chamou de ‘ordenações espaçotemporais’. O sistema, assim,

[...] sobrevive não apenas por meio de uma série de ordenações espaçotemporais que absorvem os excedentes de capital de maneiras produtivas e construtivas, mas também por meio da desvalorização e da destruição administradas como remédio corretivo daquilo que é em geral descrito como o descontrole fiscal dos países que contraem empréstimos.

Para compreender estas dinâmicas, além do olhar histórico do método desenvolvido por Marx e Engels, denominado materialismo histórico, é necessário adicionar à análise um olhar geográfico. Se o materialismo histórico logrou compreender a história da humanidade por meio dos processos de luta de classes nas diversas fases de produção econômica (feudalismo, mercantilismo, capitalismo etc.), compreender o espaço como produto das interações sociais exige aportes da geografia, uma vez que, atualmente, mais do que se expandir para novos espaços, o sistema recria novos espaços de acordo aos imperativos de sua reprodução. Assim, para Harvey, a reprodução do sistema capitalista se dá por meio de deslocamentos no espaço e no tempo. Estes processos de deslocamento são permanentes e transitórios, e vão redundar na formação e transformação de distintas dinâmicas socioeconômicas.

O deslocamento no tempo são os meios pelos quais o sistema cria formas para ‘investir’ o excedente em projetos com expectativas de ganhos futuros, sendo realizado basicamente por duas formas. A primeira delas são os investimentos de longo prazo em ‘infraestrutura física e social’, que são todos os aspectos necessários para a produção da vida em sociedade: as redes de transporte e comunicação, sistemas de educação e pesquisa, sistemas legal e financeiro, administração pública etc. Tais investimentos retiram valores da circulação rápida de mercadorias para colocá-los em uma esfera mais lenta de circulação, e por isto levam muitos anos para recolocar em circulação os valores investidos (HARVEY, 2004b, p. 33).

A outra forma de deslocamento temporal é a criação de crédito e capital fictício (debêntures, hipotecas, ações, dívidas públicas etc.), que “convertem um processo de circulação muito longo em uma taxa anualizada ao facilitar a compra e venda de direitos e demandas em relação à participação no produto do trabalho futuro” (HARVEY, 2005, p. 138). Para o autor, o capital fictício absorve os problemas de produção excedente no presente por meio de contratações futuras, o que explica o aumento das dívidas públicas em períodos de crescimento econômico. O excedente gerado pela produção no presente é deslocado para o futuro, criando um valor que deverá se realizar. Se isto não acontecer, ocorrem crises de desvalorizações e implosões de bolhas financeiras, como a especulação imobiliária nos EUA em 2008.

Já o deslocamento no espaço é a conquista, a organização e a criação de espaços novos. Aqui o autor se vale, como já comentado, das formulações sobre o imperialismo e do conceito de ‘espaço social’. Resgata a expressão de Marx, a ‘anulação do espaço pelo tempo’:

se o espaço aparece como um fator inconveniente para a expansão capitalista (em virtude dos custos de transporte para a circulação de mercadorias), a única forma de dirimir este inconveniente é a busca de soluções que diminuam o tempo de circulação, pela criação de sistemas de transporte e comunicação que reduzem as distâncias do espaço.

Para o autor, nenhuma destas duas estratégias soluciona o problema do excedente, mas ambas alteram as formas pelas quais a crise se manifesta, funcionando como uma espécie de solução paliativa. Assim, o sistema sobrevive pela criação e recriação de estruturas coerentes de produção e consumo em determinados espaços. Dito de outra forma, as distintas regiões do planeta, em função da atividade de produção capitalista e da produção da vida em sociedade, apresentam configurações distintas, “configurações geográficas que atingem estabilidade, ao menos por algum tempo [...]; economias regionais que alcançam certo grau de coerência estruturada em termos de produção, distribuição, troca e consumo” (HARVEY, 2004, p. 89). Apesar de estruturarem sua coerência em torno a atividades produtivas e de acumulação, o conceito não se restringe às trocas econômicas; abrange atitudes, valores culturais, crenças e afiliações religiosas e políticas.

A coerência se reforça informalmente, embora não menos poderosamente, por intermédio da constância ou criação das culturas e das consciências nacional, regional e local (inclusive, tradições de luta de classes), que dão significado psíquico mais profundo às perspectivas territoriais. (HARVEY, 2005, p. 146)

Com relação ao Estado, assim como os aspectos culturais, ocorre um entrelaçamento que “se cristaliza segundo sua própria lógica a partir de processos moleculares de acumulação do capital que ocorrem no tempo e no espaço”. A coerência se torna expressa nas regras do Estado.

Depois de formalmente representada pelo Estado, a coerência territorial torna-se muito mais perceptível. As políticas que regulam o processo laboral, a organização laboral, os padrões de vida dos trabalhadores (políticas de bem estar etc.), a regulamentação e remuneração adequada do capital etc. se aplicam a todo território. (HARVEY, 2005, p. 146)

Ou seja, para Harvey (2004a, p.92), o Estado não assume um papel de agente passivo com relação aos processos moleculares de acumulação de determinada região. Ele pode, inclusive, “usar seus poderes para orquestrar a diferenciação e a dinâmica regionais não só por meio de seu domínio dos investimentos infra-estruturais [...], mas também mediante sua própria imposição de leis de planejamento e aparatos administrativos”.

O autor então pensa a produção capitalista do espaço assumindo formas diversas em função de peculiaridades preexistentes.

A produção do espaço, a criação de complexos de recursos novos e mais baratos, de novas regiões como espaços dinâmicos de acumulação do capital e a penetração de formações sociais preexistentes por relações sociais e arranjos institucionais capitalistas (como regras de contrato e formas de gerenciamento da propriedade privada) proporcionam importantes maneiras de absorção de excedentes de capital e trabalho (HARVEY, 2004a, p. 99).

Os processos descritos acima explicam, do ponto de vista da Harvey e da tradição do materialismo histórico, como se formam distintas regiões e a relação deste fenômeno com a sobrevivência do sistema capitalista. Por ser intrinsecamente contraditório, o sistema sobrevive em processos incessantes de produção e destruição. Este movimento, apesar de acarretar graves consequências sociais – como são as consequências das crises capitalistas –, abre a possibilidade da formação de novas configurações regionais. Há uma tensão sempre

presente não apenas entre capitalistas e trabalhadores, mas entre a institucionalidade do sistema capitalista (com seus arranjos e valores) e a cultura, a produção, as ideologias e as formas de vida preexistentes ou que venham a resultar destes processos. Esta tensão não tem resultados predefinidos, está em aberto. As distintas regiões terão o destino a que suas tensões e contradições as conduzirem, com diferentes consequências para a totalidade do sistema. É esta abertura que confere ao pensamento dialético de Harvey um caráter dinâmico, e que lhe permite compreender de forma mais lúcida as crises e as transformações do mundo capitalista atualmente.

Conclusão: limites do ‘desenvolvimento local’ e possibilidades da abordagem de David Harvey

As revisões teóricas precedentes tiveram como objetivo apresentar duas proposições teóricas distintas. Neste item, vamos desenvolver o argumento de que a abordagem de Harvey permite um olhar mais fiel aos processos dinâmicos das diferentes regiões, em contraste com a perspectiva limitada das abordagens do desenvolvimento local. Este argumento comparativo fundamenta nossa opção pela perspectiva dialética para compreender a região de fronteira das cidades de Santana do Livramento e Rivera.

A formação do conceito de ‘desenvolvimento local’ utilizando principalmente pressupostos de autores como Rosenstein-Rodan, Perroux e Hirschman, não é uma construção homogênea. No entanto, podemos considerar que tais autores, assim como aqueles que atualizaram tais construções sob a lógica do crescimento econômico, seguem uma linha de raciocínio, ao compartilharem pressupostos fundamentais. Mesmo naqueles aspectos que apresentam divergências, as críticas se referem às limitações que os referenciais apresentam para dar continuidade ao processo de **crescimento econômico como motor do desenvolvimento**. Por mais que alguns autores contemporâneos, ao atualizarem a noção de desenvolvimento, busquem superar o crescimento econômico e afirmem, inclusive, que crescimento não é sinônimo de desenvolvimento, o crescimento econômico permanece como o suporte sobre o qual as características sociais e ambientais devem ser pensadas. Ou seja, apesar de não ser sinônimo de desenvolvimento, o crescimento econômico é seu condicionante.

Um segundo pressuposto se refere ao estabelecimento de **modelos de desenvolvimento**. Rosenstein-Rodan (1943, 1961) pensa em uma construção, para as regiões deprimidas, complementar e imitativa àquela existente nos centros de desenvolvimento; já em Hirschman (1961) o modelo é mantido, mas com uma relativização que valoriza o potencial local. Este autor remete a responsabilidade pelo sucesso ou insucesso às estratégias de crescimento da própria nação que busca crescer. De qualquer forma, existe sempre uma configuração ideal que é condicionante do desenvolvimento, que se caracteriza pelo envolvimento de, ao menos, um agente que coordena os esforços, planeja e investe (o Estado) e as empresas como impulsionadoras do desenvolvimento, gerando a riqueza necessária por meio da produção material. As condições para o desenvolvimento são então determinadas a priori pela teoria, com enfoque prescritivo.

Outro pressuposto da perspectiva do ‘desenvolvimento local’ é a **ênfase na harmonia**. Perpassa por todas as teorias a existência de um agente que regula a ação de todos os atores envolvidos na tarefa socialmente inclusiva de desenvolver a região (seja ela, uma comunidade ou uma nação). Ainda que em Hirschman (1961) o equilíbrio seja sempre solapado pelo desequilíbrio, a própria dinâmica que sua análise estabelece entre uma situação de equilíbrio/desequilíbrio mostra uma relação harmônica entre os agentes (que competem em prol do bem comum). Cabe salientar que a perspectiva do equilíbrio é sintoma de uma análise estática que enfatiza a harmonia e a estabilidade^v. Se a configuração ideal para se atingir o

desenvolvimento se refere aos meios, o equilíbrio é o fim. Ou seja, ao se encontrar as configurações ideais, seria possível chegar a um equilíbrio na produção econômica.

Por estes motivos, essa perspectiva analítica não pode compreender os processos dinâmicos que ocorrem em regiões específicas. Se a análise é dada a priori, através de um conjunto de elementos condicionantes do desenvolvimento, bem como de resultados esperados definidos por estes próprios elementos estáticos, o desenvolvimento capitalista específico de cada lugar não encontra espaço de interpretação. Assim, quando as configurações resultantes não se identificam com os aspectos prescritos para o desenvolvimento, recorre-se a outras categorias inferiores como, por exemplo, ‘subdesenvolvido’, ‘atrasado’, ‘deprimido’ etc. A **análise é estática**, restringindo-se a uma checagem dos itens necessários para se atingir um fim, mesmo que esta checagem seja um passo posterior à identificação de potenciais endógenos específicos, como em Hirschman (1961). É por isto que esta perspectiva analítica, assim como os referenciais predominantes da análise econômica, é limitada: ela se limita a cotejar dados com modelos^{vi}.

Por outro lado, a abordagem de David Harvey interpreta os processos do sistema capitalista a partir das formulações de Marx, que explicou tais processos pelo conceito da **acumulação capitalista** e suas contradições intrínsecas. A acumulação capitalista, por se fundamentar na exploração do trabalho, gera excedentes que não podem ser absorvidos e desigualdades sociais. Esta abordagem traz, ao mesmo tempo, uma dimensão de totalidade – que é o próprio sistema e seus imperativos funcionais – e outra dimensão, a de espaço social. Ao dinamizar estas duas dimensões, a conclusão é que o desenvolvimento capitalista cria e recria paisagens geográficas distintas – uma vez resultantes de aspectos como a geografia, a cultura, a história etc., que são próprios do lugar, mas que atendem aos imperativos da acumulação capitalista. Assim, o que o método faz é uma **dedução das necessidades da reprodução do sistema capitalista com respeito às estruturas geográficas** de cada lugar (HARVEY, 2005).

O método, então, não pretende prescrever os condicionantes para o desenvolvimento. Ao partir do princípio de que o funcionamento do sistema capitalista já é conhecido pela teoria – a explicação de Marx para suas contradições intrínsecas – a abordagem de Harvey permite descrever as configurações específicas dos diferentes ‘capitalismos’ de cada lugar. A **análise é dinâmica**, pois considera os aspectos geográficos, históricos, culturais etc. da formação de cada região e assume que tais configurações são transitórias: elas serão transformadas. A questão, no entanto, é que os rumos das transformações de cada região não podem ser dados a priori, pois eles serão dados pelos movimentos internos de cada região: a luta de classes, as decisões individuais dos capitalistas, os posicionamentos do Estado, a cultura, a religião etc. Os diferentes aspectos sociais e econômicos entram em tensões e contradições cujos resultados irão direcionar as transformações da região. A ênfase aqui, portanto, não é na harmonia, mas na **contradição**. A própria abordagem dialética, como comentado, traz consigo uma contradição fundamental em relação ao capitalismo: os processos moleculares de acumulação em seu interior carregam os germes de sua própria transformação.

A perspectiva histórica, geográfica e materialista do trabalho de Harvey apresenta um instrumental analítico capaz de explicar de forma mais fiel os processos que ocorrem em uma determinada região. Nesta perspectiva, tais processos não se restringem à atividade da produção material. Tampouco ela restringe os demais aspectos como a cultura e o ambiente a uma variável a ser inserida em modelos teleológicos. Os diferentes aspectos da vida social não são hierarquizados, eles compõem um mosaico da realidade do lugar e, por isto, são valorizados enquanto fatos daquela realidade. Em outras palavras, nesta perspectiva, a riqueza da vida social encontra espaço de interpretação.

Referências

- BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. Porto Alegre: FEE, 2001.
- BOUDEVILLE, Jacques R. **Os Espaços Econômicos**. São Paulo, Difel, 1973.
- DUARTE, Ivonaldo Ferreira; MORETTI, Edvaldo César; ALMEIDA, Maria Geralda de. **Desenvolvimento Local: Uma Contribuição de Goiânia ao Turismo de Municípios Próximos**. In: IX EREGEO – Encontro Regional de Geografia. Novas Territorialidades, 2005, Porto Nacional. Disponível em <<http://www.observatoriogeogoiias.com.br>>. Acesso em 10jan2007.
- DUARTE, Ivonaldo Ferreira; MORETTI, Edvaldo César; ALMEIDA, Maria Geralda de. **Desenvolvimento Local: Uma Contribuição de Goiânia ao Turismo de Municípios Próximos**. In: IX EREGEO – Encontro Regional de Geografia. Novas Territorialidades, 2005, Porto Nacional. Disponível em <<http://www.observatoriogeogoiias.com.br>>. Acesso em 10jan2007.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004a.
- HARVEY, David. O novo imperialismo: sobre rearranjos espaciotemporais e acumulação mediante despossessão. In: **Margem esquerda: ensaios marxistas**. n. 5. São Paulo: Boitempo editorial, 2004b.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, David. Notes towards a theory of uneven geographical development. In: **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. London: Verso, 2006. p. 69 – 117.
- HARVEY, David. **The enigma of capital and the crisis of capitalism**. London: Profile books, 2011.
- HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LUXEMBURGO, Rosa. **The accumulation of capital**. London: Routledge and Kegan Paul, 1951. Disponível em <<http://www.marxists.org/archive/luxemburg/1913/accumulation-capital/index.htm>>. Acesso em 9 fev. 2010.
- MISOCZKY, Maria Ceci Araujo. World visions in dispute in contemporary Latin America. In: **Organization**, v. 18, p. 345-363. Londres, 2011.
- PERROUX, François. O Conceito de Pólo de Crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional – Textos Escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.
- ROSENSTEIN-RODAN, Paul N. Notes on the Theory of the Big Push. In: ELLIS, Howard S. **Economic Development for Latin America**. New York: St. Martin Press, 1961.
- ROSENSTEIN-RODAN, Paul N. Problemas da Industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental. (1943). In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 251-262.
- ROSTOW, Walter Whitman. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- SANDRONI, Paulo (Org.). **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999. Disponível em <<http://introducaoaeconomia.files.wordpress.com/2010/03/dicionario-de-economia-sandroni.pdf>>. Acesso em 27 dez. 2011.
- SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 2007.

ⁱ Esta desconfiança a que nos referimos é também a problematização que temos feito nos trabalhos do Grupo de Pesquisa Organização e Práxis Libertadora, acerca do tema do desenvolvimento. A este respeito, ver Misoczky (2011).

ⁱⁱ Neste tópico, utilizaremos a denominação ‘desenvolvimento local’ para nos referirmos a um conjunto de conceitos que englobam o desenvolvimento regional, o endógeno e o local. Esta escolha justifica-se pela busca de construção de idéias que vieram a culminar no conceito de ‘desenvolvimento local’.

ⁱⁱⁱ Rostow (1961) defendeu a tese de que o desenvolvimento seria um processo evolutivo, definido por cinco etapas que encontra ápice no estágio de consumo de massa. Este processo poderia ser acelerado pelo que ele denominou de decolagem para o crescimento, ou seja, um investimento de grande porte que criasse as condições para o crescimento econômico.

^{iv} Um complexo industrial é um conjunto de atividades ligadas por relações de insumo-produto. Ele se torna um pólo de crescimento quando for liderado por uma ou mais indústrias motrizes; e se tornará um pólo de desenvolvimento quando provocar transformações estruturais e expandir o produto e o emprego no meio em que está inserido (SOUZA, 2007, p. 180).

^v Na economia, o equilíbrio foi pioneiramente analisado por Walras. Trata-se de uma condição hipotética em que a oferta agregada é igual à demanda agregada, ou seja, tudo aquilo que se produz é igual ao que se consome. O equilíbrio “expressa a estabilidade do sistema de forças que atuam na circulação e troca de mercadorias e títulos” (SANDRONI, 1999, 209).

^{vi} O próprio Harvey (2011) ilustra este ponto com um questionamento feito pela Rainha Elizabeth II aos economistas da *London School of Economics* em novembro de 2008. Naquela oportunidade, a Rainha perguntou a eles “como não haviam percebido a crise que estava por vir”. Os economistas não tiveram resposta. Seis meses depois, em uma carta coletiva, os economistas confessaram que perderam de vista aquilo que chamam de ‘riscos sistêmicos’.